

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.868 - SP (2018/0289406-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MEDPORTO ASSISTENCIA MEDICA LTDA
ADVOGADOS : DÉBORA CÁSSIA DOS SANTOS DAINESI - SP200794
MÁRCIO CHARCON DAINESI - SP204643
AGRAVADO : ADELICIO BACCARIN
ADVOGADOS : LUCIANE ELEUTÉRIO GONÇALVES - SP114220
FRANCISCO JORGE ANDREOTTI NETO - SP193374
DANIELA SANTOS ANDREOTTI - SP238987
AGRAVADO : MUNICIPIO DE PORTO FERREIRA
PROCURADOR : GABRIEL PELEGRINI E OUTRO(S) - SP170445

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por MEDPORTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, em face de acórdão assim ementado (fl. 740):

PLANO DE SAÚDE – TUTELA DE URGÊNCIA – Rescisão do contrato sem prévia notificação dos beneficiários – Aparente abusividade – Presença dos requisitos previstos no art. 300, NCPC – Provisoriedade e reversibilidade da medida – Determinação de restabelecimento do plano de saúde do autor e de sua dependente, devendo estes arcar com o pagamento integral das mensalidades – Decisão reformada – Recurso provido em parte.

Nas razões do especial, a ora agravante alega afronta aos arts. 8º, 298 e 300 do Código de Processo Civil/2015, afirmando que não comprovados os "requisitos para a concessão da Tutela de Urgência" (fl. 763).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela concessão da tutela de urgência, assim se pronunciando (fl. 742):

O perigo de dano exsurge ao passo em que a rescisão do contrato pode trazer consequências graves para sua saúde do agravante de sua dependente, que demandam cuidados médicos periódicos (fls. 46/78), além da dificuldade de contratação de outro plano em razão da idade dos mesmos (fls. 36/7), pelo que deve ser deferida de urgência, para o restabelecimento da vigência do plano de saúde do

autor e de sua dependente, nas mesmas condições oferecidas até o julgamento definitivo.

Esclareça-se que a jurisprudência desta Corte é contrária à pretensão de se verificar, em sede de recurso especial, a presença, ou não, dos requisitos autorizadores da antecipação ou manutenção dos efeitos da tutela, por esbarrar tal medida no óbice da Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73)
- AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO E
CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - DECISÃO
MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.

1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa. (AgInt no REsp 1253947/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem, com base nas provas carreadas aos autos, concluiu não estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão de tutela antecipada. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.

3. A simples propositura de ação revisional não é suficiente para descacterizar a mora, a teor da Súmula 380/STJ. 3.1. O afastamento da mora reclama a presença concomitante dos seguintes requisitos: (i) ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; (ii) efetiva demonstração da plausibilidade da pretensão (consonância com a jurisprudência do STF ou do STJ); e (iii) depósito ou prestação de caução idônea do valor referente à parcela incontroversa, para o caso de a contestação ser apenas de parte do débito. Precedentes. 3.2. No caso em tela, o Tribunal de origem, com base nas provas carreadas aos autos, concluiu pela insuficiência do depósito realizado e pela caracterização da mora.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Alterar tais conclusões demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 348.724/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 29/08/2017)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

